

Arenas de conflito em torno do cuidado

Guita Grin Debert

No texto “Interseccionalidade, cuidado e feminismo”¹, Pascale Molinier explora de maneira densa as arenas de conflitos éticos em torno do cuidado. O *Établissement d’Hébergement pour les Personnes Agées Dépendantes* (EHPAD) (Instituição de Longa Permanência de Idosos [ILPI] ou asilo, como eram chamados até muito recentemente no Brasil) por ela descrito é um mundo quase exclusivamente de mulheres: a equipe técnica, as cuidadoras e os idosos dependentes são em sua maioria mulheres. Esse fato não cria laços de solidariedade, pelo contrário, as marcas étnicas e nacionais, surpreendentemente, ganham vida na instituição, acirrando hierarquias e desigualdades e obscurecendo até mesmo as clivagens socioeconômicas dos diferentes atores que compõem a instituição.

O ponto alto dessa etnografia é certamente a conexão estabelecida entre expressões aparentemente desconexas como “a caça aos árabes” [“la chasse aux arabes”] e “o amor pelas pessoas idosas” [“l’amour de personnes âgées”], conexão que permite descrever com muita sensibilidade a dinâmica dos relacionamentos na instituição. Vemos, assim, com precisão, os diferentes investimentos simbólicos empreendidos no trabalho de cuidado dos velhos e como a dimensão da profissionalização e a dimensão dos afetos envolvidos nesse trabalho criam embates vigorosos no EHPAD estudado.

Até muito recentemente, tratar da velhice era considerar que um dos problemas centrais que ameaçava explodir o sistema seria a questão dos custos da

1. Presente neste dossiê nas pp. 17-33 (N. E.).

aposentadoria; hoje a grande questão é a dependência. É como se os jovens aposentados, dispostos a desfrutar – com dinheiro e saúde – das vantagens da terceira idade, tivessem agora que criar novos instrumentos capazes de dar conta da dependência. O prolongamento da vida humana recoloca de uma maneira incisiva a questão da dependência e do cuidado. Viver um número maior de anos é enfrentar a dependência. Daí a centralidade do cuidado e a importância da reflexão que Molinier nos convida a fazer.

O aumento da longevidade acompanhado do decréscimo das taxas de natalidade coloca de imediato a questão de saber qual força de trabalho poderá se ocupar dos programas sociais voltados para a velhice. Ou então, nas palavras mais diretas de um estudante de gerontologia: “Quem no futuro irá empurrar as cadeiras de roda dos velinhos?”.

A etnografia de Molinier, assim como a pesquisa que realizei com cuidadoras de idosos na Itália, mostra que a imigração tem um peso central na resposta a essa questão. Ela acrescenta trabalhadores jovens a uma população nacional que envelhece cada vez mais. Serão os imigrantes a linha de frente do cuidado do idoso? Como então explicar as políticas empenhadas em pôr um freio à imigração, que mobilizam contingentes cada vez maiores de adeptos? Nas palavras de Saskia Sassen (2001):

À medida que as economias ricas enriquecem ainda mais, tornam-se mais desejáveis e levantam muros para manter possíveis imigrantes e refugiados fora de suas fronteiras, alimentando o comércio ilegal de pessoas. No entanto, mesmo que os países ricos procurem cada vez mais manter afastados os imigrantes e refugiados, enfrentam um déficit demográfico crescente e um envelhecimento rápido de suas populações. Segundo um estudo feito por austríacos, no final do século atual, a população na Europa Ocidental diminuirá em 75 milhões (mantendo as taxas de fecundidade e os padrões de imigração) e quase 50% terá mais de 60 anos, pela primeira vez em sua história. Onde serão encontrados os trabalhadores jovens necessários para tratar a crescente população idosa e fazer os inúmeros trabalhos pouco atraentes, como as tarefas domésticas e o cuidado institucional dos idosos? [...] Parece que a imigração será parte da solução. No entanto, a forma como os países do hemisfério norte estão procedendo não os prepara para lidar com a questão. Eles estão construindo muros para manter distantes os aspirantes a imigrantes, alimentando assim o tráfico ilegal².

No EHPAD pesquisado por Molinier, os imigrantes parecem estar legalizados, o que não é o caso das cuidadoras que conheci em Bolonha. Minha

2. Tradução livre (N. T.).

reflexão sobre o tema tem origem num projeto de pesquisa que realizei com o objetivo de participar do Programa Gemma na Universidade de Bolonha, na Itália³. A suposição inicial que orientava a pesquisa era a de que as mulheres latino-americanas integrariam um dos principais coletivos estrangeiros a partir do qual a população italiana escolhe os cuidadores dos velhos. O estudo tinha como objetivo explorar as seguintes questões: a) como o gênero atravessa as conexões, no plano global, entre o mercado de cuidados e as famílias; b) qual é a importância desse tipo de cuidado como porta de entrada para a imigração; c) quais são seus efeitos nas dinâmicas familiares dos imigrantes e das famílias italianas com as quais se vinculam no contexto migratório, na organização de redes migratórias e nas configurações de identidades que afetam as mulheres cuidadoras.

Antes mesmo de iniciar a viagem, procurei entrevistar italianos de passagem pelo Brasil que tinham contratado mulheres imigrantes para cuidar de seus pais idosos e descobri então que nesse mercado havia um processo de expulsão das latino-americanas. Eram, sobretudo, mulheres do Leste Europeu, contou-me uma das italianas entrevistadas, as preferidas para exercer esse cuidado e ocupar-se das tarefas de *badanti*, como as imigrantes cuidadoras de idosos são chamadas na Itália. As imigrantes do Leste Europeu eram mais disputadas do que as latino-americanas ou as filipinas – que antes ocupavam posição central nesse mercado – por terem níveis educacionais muito mais altos, mais experiência no tratamento de idosos e, sobretudo, por serem mais velhas. Essa última vantagem era prontamente explicada pelo fato de elas não precisarem se ocupar de filhos pequenos, não procurarem namorados, não irem a festas, enfim, estarem mais disponíveis para o trabalho de cuidado.

Diferentemente do que ocorre na França e no EHPAD analisado por Molinier, a cor da pele tem outros significados no caso que estudei: as mulheres do Leste Europeu são muito mais brancas do que as italianas que as contratam ou do que os velhos dos quais elas cuidam. Mas na Itália elas são categorizadas como do Leste Europeu, imigrantes *extracomunitari*, ou seja, não são cidadãs dos países que fazem parte da comunidade europeia⁴.

De todo modo, no caso do EHPAD os trabalhadores estrangeiros estão na legalidade, e esse é um fato que faz muita diferença. Mas como afirma Parreñas (2001), as cuidadoras, mesmo as que possuem documentação legalizada, têm na melhor das hipóteses uma cidadania parcial.

Voltando às análises de cunho estrutural, é importante chamar a atenção para o modo como os processos de globalização e de envelhecimento – com

3. Participei como *visiting scholar* do Gemma – Erasmus Mundus Master's Degree in Women's and Gender Studies, em outubro e novembro de 2010, período em que a pesquisa de campo foi realizada.

4. Na França, no último período em que vivi ali, conheci uma nova expressão que jamais tinha ouvido nos cursos que fiz de francês e quando morei na França de 1970 a 1973, que é “issue de l’immigration” (ou seja, é nascido na França, tem a cidadania francesa, mas é filho ou neto de imigrantes). Essa foi uma expressão que me impressionou muito, mas não terei tempo aqui de falar sobre ela.

frequência tratados como coisas estanques – de fato estão envolvidos em mútua implicação. Como mostra Brett Neilson (2003), de maneira incisiva e teoricamente densa, fluxos de pessoas, bens, dinheiro e tecnologias atravessam fronteiras nacionais com relativa facilidade, desafiando a soberania dos Estados. As políticas de imigração, as biotecnologias, a desregulamentação dos mercados financeiros e as novas faces do mundo do trabalho têm implicações importantes para a velhice, da mesma forma que o envelhecimento populacional ameaça os Estados nacionais no que diz respeito à relação entre trabalhadores que pagam impostos e aposentados. A dinâmica dos mercados financeiros depende em boa parte do capital acumulado pelos fundos de pensão e, como mostra Saskia Sassen (2001), imigrantes jovens e desempregados dos países pobres buscam abrigo nos países ricos, que possuem populações com alto índice de envelhecimento, e passam a ter uma posição central no mercado de cuidados da velhice.

Com base nas colocações de Foucault (1977) sobre o biopoder e de Agamben (2002) sobre o *homo sacer*, Neilson (2003) atenta particularmente para o modo pelo qual a vida humana passa a ser incluída nos cálculos do poder soberano. *Homo sacer* é uma figura do direito romano arcaico que designa alguém que foi julgado e condenado por algum delito, e não pode ser sacrificado. Mesmo assim, quem o mata não comete propriamente um crime. Com essa figura, Agamben sugere que o biopoder na modernidade marca a maneira pela qual a vida biológica – a vida nua, vida que pode ser aniquilada – entra na política. Os sistemas de detenção e deportação acabam por instituir sistemas de trabalho que apresentam uma continuidade impressionante com as práticas escravocratas. Longe de serem formas arcaicas, esses regimes de trabalho são constitutivos do desenvolvimento capitalista, que procura limitar a mobilidade dos trabalhadores, num processo contínuo de substituição de pessoas dispostas a aceitar trabalho mal remunerado e de baixo *status*, como é o cuidado dos velhos. Nesse processo, novos grupos de imigrantes redesenham as paisagens das metrópoles, oferecendo um fluxo contínuo de pessoas jovens aos países do Norte⁵. Os trabalhadores imigrantes vivem em uma situação de completa insegurança, porque são rotulados de ilegais, criminosos ou mesmo terroristas em potencial.

Paul Rabinow e Nikolas Rose (2006) apontam a dificuldade envolvida no uso de um único diagrama, tal como proposto por Agamben, para as análises de situações tão diversas que marcam o mundo contemporâneo e que vão desde as mortes em Ruanda até a epidemia da Aids na África, passando pelo trabalho de cuidado dos idosos dependentes pelos imigrantes ilegais.

5. Há também o processo inverso de promover a ida dos velhos de países ricos para países pobres de modo que eles possam sobreviver com um montante mais baixo no valor da aposentadoria.

Esses autores consideram, com razão, que a essência do pensamento crítico é a sua capacidade de fazer distinções que permitam uma avaliação acurada da particularidade das situações e sugerem que, contra uma visão monolítica do poder e da dominação, um empirismo modesto – atento às particularidades locais, às pequenas diferenças, aos momentos de mudança na relação entre poder e saber – pode fazer a diferença, revelando configurações não necessariamente adequadas aos modelos rígidos e homogêneos.

O texto de Molinier é interessante porque faz uma etnografia de uma instituição específica, evitando generalizações apressadas e estranhamentos fáceis, como procurei fazer também ao entrevistar imigrantes sul-americanas e ucranianas e as italianas que contratavam as chamadas *badanti* para cuidar de seus pais idosos.

Impressiona, no entanto, como as marcas étnicas e nacionais organizam esse mercado. Francesca Scrinzi (2004), numa pesquisa realizada em agência de colocação e formação de trabalhadoras domésticas em Gênova, descreve os modos de interação de seus operadores com as mulheres que procuram empregadas e com as imigrantes em busca do emprego doméstico. Os operadores recebem as chamadas dos empregadores em potencial, transcrevendo os pedidos em fichas em que constam informações sobre o distrito de residência, o tipo de serviço solicitado (*babysitting*, horários de assistência a uma pessoa dependente, limpeza) e o salário proposto. Essas fichas trazem também especificações sobre a aparência física e o caráter dos empregados procurados: nacionalidade, idade, cor da pele e outras características da demanda, como por exemplo: “alguém em quem podemos confiar”, “honesto”, “sério”, “muito paciente”, “gentil”, “bem-educado”, “confiável”, “melhor se italiana”, “só italiano”, “só sul-americano”, “moça jovem do Leste”, “alguém que não é de cor”, “pode ser de cor”, “jovem em torno de 25 anos”, “mais de 30 anos”, “entre 30 e 40 anos”, “não mulheres jovens”, “mulher madura”.

Scrinzi considera que os critérios estabelecidos em detalhe pelos empregadores para descrever o trabalhador doméstico ou cuidador que gostariam de encontrar mostram até que ponto essa relação de trabalho é vista como pessoal, na qual uma das duas pessoas envolvidas se sente capacitada para escolher, julgar e controlar a outra. Nas conversas telefônicas, palavras usadas para classificar as trabalhadoras – que muitas vezes estão ao lado, aguardando uma chamada de emprego – parecem descrever uma mercadoria. Faz-se a promoção do corpo das mulheres ou de partes dele, e as imigrantes à espera dos empregos são descritas com palavras como: “mãos hábeis”, “uma pessoa

de boa saúde”, “é robusta, forte, tem expressão honesta”. Nessa operação retórica, típica dos discursos racistas, os indivíduos são reduzidos à função que lhes é atribuída, função essa incorporada a uma parte do seu corpo: suas qualidades pessoais, morais, intelectuais e sociais são reduzidas a uma identidade física ou biológica. Em outros casos, suas qualidades são reforçadas: “feminina”, “bondosa”, “gentil”, “muito paciente”, “é uma menina bonita, limpa, de boa aparência”, “de bom caráter”. Nessas interações, as operadoras têm uma postura ambivalente, como convém à sua posição de interface entre a oferta e a demanda de trabalho. Elas ajudam a alimentar e legitimar a discriminação, transcrever os desejos do empregador e tomá-los como critérios para navegar na intersecção entre a oferta e a demanda. A competência para o cuidado não é simplesmente um dado da feminilidade, mas uma vocação cultural naturalizada nas mulheres imigrantes, que fica evidente nas falas transcritas, como por exemplo: “Você é perfeito para a limpeza, como todos os marroquinos”, “você, senegalês, é realmente bom com as crianças”, “os sul-americanos são muito humanos, eles sabem se comunicar com os idosos”.

Na pesquisa que realizei foi possível identificar outros estereótipos – frutos do entrelaçamento de diferenças culturais com questões de gênero – que também marcam as categorias acusatórias que caracterizam as disputas por esse mercado de trabalho entre as próprias imigrantes.

Na hierarquia dos critérios que identificam o bom cuidador, as mulheres do Leste Europeu ocupam o topo quanto ao nível educacional. Mas, segundo as latino-americanas que entrevistei, elas são frias, calculistas, aceitam trabalhar por qualquer salário, porque no fundo o que querem é se casar com o idoso cuidado, para conseguir legalizar sua situação e melhorar de vida. Da mesma forma, consideram que nunca se sabe o que as asiáticas estão pensando, porque elas sempre ficam sorrindo e ninguém sabe o porquê; e as africanas são muito atrasadas, vêm de uma sociedade em que não há higiene nem educação. “Somos nós”, considerou uma das entrevistadas – peruana –, “que sabemos o que é carinho e respeito no tratamento dos idosos, nós aprendemos como cuidar dos velhos na nossa própria família.” Redefinem e procuram criar assim outras convenções vinculadas à etnicidade, à nacionalidade e ao gênero. É muito interessante ver como “a caça aos árabes” cria uma identidade entre as cuidadoras do Magrebe no EHPAD analisado por Molinier, da mesma forma que “o amor pelas pessoas idosas” cria uma identificação positiva em oposição à visão da equipe técnica, que valoriza a profissionalização. A cultura e a naciona-

lidade, em todos os casos, são vistas como uma identidade essencializada e estática, subtraída da historicidade das relações sociais.

Molinier mostra com precisão como a profissionalização dá prestígio social maior ao cuidador, mas também como o trabalho de cuidado tem especificidades próprias em que os afetos são mobilizados na realização das diferentes atividades envolvidas. Amanda Marques de Oliveira (2013), na sua análise de dois cursos para cuidadores, mostrou como nas aulas o profissionalismo e o amor eram atributos presentes na definição do trabalho de cuidado; mas enquanto em um dos cursos o cuidador era pensado como um membro da família, que deveria pautar suas atividades em uma relação de amor, no outro prevalecia a ideia de um profissional com direitos e deveres claramente estabelecidos.

É preciso reconhecer, no entanto, que as situações vividas pelas cuidadoras são muito mais ambíguas do que as análises de cunho estrutural tendem a revelar. As relações de trabalho não evidenciam apenas a tendência dos empregadores de tirar partido dos trabalhadores, considerados escravos modernos indefesos. Processos de negociação entre cada uma das partes estão envolvidos: da cuidadora com o idoso assistido, dela com os seus familiares, dos familiares e cuidadores com a equipe técnica. Nessa relação – que é muito diferente daquelas típicas dos contratos trabalhistas e do trabalho em linhas de montagem –, sempre participam fatores emocionais e psicológicos. O entendimento entre as partes requer uma interação dinâmica, contextual e frequentemente conflitiva, porque é nas tarefas cotidianas que os direitos e os deveres dos diferentes atores são definidos, e é a vida diária que reforça ou embaralha as fronteiras entre essas duas esferas de interação.

Os estudos de gênero têm mostrado que o oposto da masculinidade não é necessariamente a feminilidade. A estabilidade das identidades de gênero não depende só de negociações heterossexuais, mas das diferenças entre mulheres respeitáveis e as outras mulheres. Como mostra Anne McClintock (2010), no trabalho sobre a formação das mulheres da classe média vitoriana, foi de importância fundamental o estabelecimento de mecanismos que as diferenciavam das empregadas domésticas de classes populares. Nesse processo, a criação do abjeto ou da oposição hierárquica entre a ausência e a presença exagerada de feminilidade ganham centralidade: as mulheres árabes deveriam ser despedidas para serem civilizadas, já as mulheres africanas, deveriam ser vestidas para desfrutar das benesses do mundo ocidental. Da mesma forma, Ann Stoler, em *Carnal knowledge and imperial power* (2010), mostra como gênero, raça e sexualidade estão envolvidos em relações de

poder. A reivindicação de direitos para a mulher na metade do Oitocentos, como mostra Bhavnani (2001), baseava-se na ideia de que elas eram mães e reprodutoras da raça que encabeçava o império. A feminilidade da mulher ocidental e branca foi historicamente constituída não só em oposição à ideia de virilidade, mas também em relação à sexualidade e à feminilidade da mulher “negra” das colônias.

As construções sobre as cuidadoras imigrantes criam uma fronteira entre as “mulheres europeias” e aquelas para as quais essa dupla condição é negada. São essas fronteiras que permitem às mulheres europeias deter posições de poder, mas também que novas normas sobre “ser mulher” sejam instituídas em oposição às imigrantes dos países do Sul.

Cabe ainda perguntar quanto “o amor pelas pessoas idosas” e a identidade construída por meio da denúncia da “caça aos árabes” não são mecanismos de autovalorização e de diferenciação das cuidadoras do Magrebe em relação aos velhos asilados nos EHPAD, esses sim representando a vulnerabilidade, a dependência e a destituição humana na sua mais evidente manifestação. Como “pessoas de idade”, são o outro objetificado – um outro sem nome, sem cor, sem história e sem nacionalidade – ao qual o amor se volta.

Longe de negar a realidade das histórias dramáticas das cuidadoras do Magrebe e a violência das práticas de demissão e das acusações infundadas, não se pode esquecer que essas figuras são os polos “desprezíveis” que contêm, rodeiam e normatizam a feminilidade respeitável das mulheres que exercem a direção das instituições e das equipes profissionalizadas.

As análises sobre imigração e trabalho doméstico impõem à política e à teoria feminista a reabertura da discussão sempre atual sobre a divisão sexual do trabalho, no momento em que as fraquezas do *welfare state* convidam as mulheres dos países do Norte a explorar as novas fronteiras do trabalho doméstico. A presença maciça do imigrante nesse mercado e a radicalidade da transformação do sistema de produção e do modelo de gênero criam a necessidade de reelaborar noções como “trabalho doméstico” e “trabalho de reprodução”. É esse o grande desafio dos estudos do *care*.

No Brasil, a empregada doméstica é uma constante ao longo da história nacional e, apesar de trabalhar para diferentes níveis sociais, é uma forma de reproduzir as desigualdades. A história recente do país assistiu a um processo crescente de mudanças na legislação, visando garantir a esse trabalho direitos semelhantes aos dos trabalhadores no mercado formal. Essas mudanças têm sido tratadas como indicadoras de uma sociedade mais justa e, ao mesmo tempo, como uma espécie de decreto da extinção da possibilidade dos setores

mais pobres de arcar com o trabalho doméstico remunerado, dados os altos custos econômicos envolvidos na legalização da contratação.

Na Itália assistimos a uma mudança nos espaços públicos e privados das paisagens urbanas e nas conexões estabelecidas com a vida familiar. Será essa uma paisagem transitória, pelos limites impostos à imigração ou pela luta por uma legislação a ser cumprida de maneira mais eficaz? É muito difícil saber.

Entretanto, de uma coisa temos certeza: para tratar da visibilidade que essa dupla de indesejáveis – velhos e imigrantes – ganha nos espaços públicos e privados da vida urbana, redefinindo estilos de gerir a dependência, é preciso reelaborar a categoria mulher. É preciso fazer o esforço de compatibilizar as críticas ao essencialismo em suas diversas formas – humanismo, universalismo, racionalismo – com a formulação de um projeto político feminista, no qual a interseccionalidade não seja incongruente. Nos termos de Chantal Mouffe (1992), tratar-se-ia de repensar a política feminista, não como uma forma diferenciada de política destinada a perseguir os interesses das mulheres como mulheres, mas destinada a transformar os discursos, as práticas e as relações sociais nas quais a categoria “mulher” é construída de uma maneira que implica subordinação. E, segundo Mouffe, isso significa que esses objetivos podem ser construídos de maneiras diferentes, mediante muitos e diversos feminismos.

A contribuição da teoria e da antropologia feministas ao feminismo contemporâneo está na importância da comparação e no reconhecimento da centralidade do conceito de diferença. Talvez essa não seja uma contribuição enorme nem transcendente, mas é sem dúvida digna de menção. Dado o caráter das pesquisas que leva a cabo, a antropologia aprendeu a valorizar a diferença. O desmantelamento da categoria universal mulher e a dissolução de conceitos como a “universalidade da dominação masculina” não destroem o feminismo. Pelo contrário, estão intimamente ligados à tarefa de alargar o seu efeito político, teorizando sobre as relações de gênero de tal forma que a diferença possa fazer a diferença política.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. (2002), *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- BHAVNANI, Kum-Kum (org.). (2001), *Feminism and “race”*. Oxford, Oxford University Press.

- FOUCAULT, Michel. (1977), *História da sexualidade*. Vol. 1: *A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal.
- MCCLINTOCK, Anne. (2010), *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, Editora da Unicamp.
- MOUFFE, Chantal. (1992), “Feminism, citizenship and radical democratic politics”. In: BUTLER, Judith & SCOTT, Joan W. (orgs.). *Feminists theorize the political*. Nova York, Routledge.
- NEILSON, Brett. (2003), “Globalization and the biopolitics of aging”. *The New Continental Review*, 3 (2): 161-186.
- OLIVEIRA, Amanda Marques. (2013), “Entre o dom e a profissão: um estudo comparativo sobre cuidadores de idoso”. Relatório para exame de qualificação. Campinas, IFCH, Unicamp.
- PARREÑAS, Rhacel Salazar. (2001), “Transgressing the national state: partial citizenship and ‘imagined (global) community’ of migrant Filipina domestic workers”. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 26 (4): 1119-1154.
- RABINOW, Paul & ROSE, Nikolas. (2006), “Biopower Today”. *BioSocieties*, 1: 195-217.
- SASSEN, Saskia. (2001), “Entrapments rich countries cannot escape: governance hotspots”. Disponível em <http://www.theglobalsite.ac.uk/times/109sassen.ttm>.
- SCRINZI, Francesca. (2004), “Professioniste della tradizione: le donne migranti nel mercato del lavoro domestico”. *Polis*, 1: 107-136.
- STOLER, Ann Laura. (2010), *Carnal knowledge and imperial power: race and the intimate in colonial rule*. Oakland, University of California Press.

Resumo*Arenas de conflito em torno do cuidado*

O texto explora as arenas de conflito em torno do cuidado em asilos. Equipe técnica, cuidadoras e idosos dependentes constituem uma configuração específica da vida nessas instituições. Trata-se de analisar o modo pelo qual a questão é abordada por Pascal Molinier no artigo “Interseccionalidade, cuidado e feminismo”, tendo como contraponto minha pesquisa sobre mulheres imigrantes cuidadoras de idosos na Itália e o emprego doméstico no Brasil.

Palavras-chave: Idosos; Cuidadores; Imigração; ILPI; Empregada doméstica.

Abstract*Arenas of conflict surrounding care*

The text explores the arenas of conflict surrounding care in rest homes. Technical teams, carers and elderly dependents constitute a specific configuration of life in these institutions. Here I analyse the way in which Pascale Molinier approaches the topic in her article “Intersectionality, care and feminism,” providing a counterpoint through my research on immigrant women who care for the elderly in Italy and domestic work in Brazil.

Keywords: Elderly; Carers; Immigration; LSIE; Domestic workers.

Texto recebido em 21/8/2013 e aprovado em 27/2/2014.

Guita Grin Debert é professora titular do Departamento de Antropologia da Unicamp. É pesquisadora do CNPq e da Fapesp e do Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp. Autora do livro *A reinvenção da velhice* (Edusp, 2012) e de vários artigos sobre velhice, envelhecimento, gênero e violência contra a mulher e idosos. E-mail: ggdebert@unicamp.br.